



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município

**Dia 24 de Julho de 2020**  
**Lei nº 661 de 09 de Abril de 2007**

**Ano XIV**

**Nº 1924**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

**LEI Nº 1617, DE 24 DE JULHO DE 2020.**



**“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito adicional de natureza suplementar, no orçamento do Município no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) visando à suplementação de dotação orçamentária, conforme segue abaixo:

Órgão	02 – Poder executivo	
Entidade	04 – Fundo Municipal Saúde	
Unidade	36 – Fundo Municipal de Saúde	
Função	10 – Saúde	
Subfunção	122-Administração Geral	
Programa	4005- Saúde Integral e Humanizada para Todos	
Projeto/Atividades	3.019 – Enfrentamento Emergência COVID-19 Corona Virus	
Elemento	3.3.90.30.00.00- Material de Consumo	Valor R\$ 400.000,00
	<b>Fte Recursos:</b> 154- Outras Transferências de Recursos do SUS	

**Art. 2º** Para cobertura do crédito suplementar aberto por esta Lei serão utilizados como fonte de recursos Excesso de Arrecadação no orçamento vigente decorrente da seguinte fonte:

Fonte de Recursos: 154 - Outras Transferências de Recursos do SUS.  
Total Geral: R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais).

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 24 de julho de 2020.

**PAULO RODRIGUES ROCHA**  
Prefeito Municipal

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

**LEI Nº 1618, DE 24 DE JULHO DE 2020.**



**“AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito adicional de natureza especial, no orçamento do Município no valor de R\$ 505.520,00 (quinhentos e cinco mil, quinhentos e vinte reais) visando à criação de dotações orçamentárias, conforme segue abaixo:

Órgão	02 – Poder executivo	
Entidade	04 – Fundo Municipal de Saúde	
Unidade	36 – Fundo Municipal de Saúde	
Sub Unidade	07 – Hospital Municipal	
Função	10 – Saúde	
Sub função	302-Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
Programa	4005- Saúde Integral e Humanizada para Todos	
Projeto/Atividades	2.328 – Manter as Atividades Hospital Municipal Monte Carmelo	
Elemento	3.1.90.04.00.00 – Contratação por	Valor R\$ 212.000,00
	<b>Fte Recursos:</b> 161- Auxílio financeiro no Enfrentamento a Covid-19 para	

Elemento	Tempo Determinado	Aplicação em Ações de Saúde e Assistência Social	Valor R\$ 293.520,00
	3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	<b>Fte Recursos:</b> 161- Auxílio financeiro no Enfrentamento a Covid-19 para Aplicação em Ações de Saúde e Assistência Social	

**Total Geral: R\$ 505.520,00 (quinhentos e cinco mil, quinhentos e vinte reais).**

**Art. 2º** Para cobertura do crédito adicional de natureza especial aberto por esta Lei serão utilizados como fonte de recursos Excesso de Arrecadação no orçamento vigente:

**Fonte de Recursos: 161 - Auxílio financeiro no Enfrentamento a Covid-19 para Aplicação em Ações de Saúde e Assistência Social.**  
**Total Geral: R\$ 505.520,00 (quinhentos e cinco mil, quinhentos e vinte reais).**

**Art. 3º** Fica incluso no Programa 4005- Saúde Integral e Humanizada para Todos, no PPA do Município de Monte Carmelo para 2018-2021 as ações orçamentárias (Projetos/Atividades) citadas no art. 1º desta lei conforme determina no art. 3º da Lei n.º 1414, de 13 de dezembro de 2017.

**Art. 4º** Fica o Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2020, Lei Municipal nº 1535, de 19 de Junho de 2019, o seguinte Projeto/Atividade:

**Projeto/Atividade: 2.328 –Manter as Atividades Hospital Municipal Monte Carmelo**

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 24 de julho de 2020.

**PAULO RODRIGUES ROCHA**  
Prefeito Municipal

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

**LEI Nº 1619, DE 24 DE JULHO DE 2020.**



**“AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito adicional de natureza especial, no orçamento do Município no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) visando à criação de dotações orçamentárias, conforme segue abaixo:

Órgão	02 – Poder executivo	
Entidade	04 – Fundo Municipal de Saúde	
Unidade	36 – Fundo Municipal de Saúde	
Sub Unidade	07 – Hospital Municipal	
Função	10 – Saúde	
Subfunção	302-Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
Programa	4005- Saúde Integral e Humanizada para Todos	
Projeto/Atividades	2.328 – Manter as Atividades Hospital Municipal Monte Carmelo	
Elemento	3.1.90.04.00.00 – Contratação por Tempo	Valor R\$ 100.000,00
	<b>Fte Recursos:</b> 102-Recitas de Impostos e de Transferências de Impostos Vinculados à Saúde	
Elemento	3.1.90.13.00.00 – Obrigações Patronais	Valor R\$ 80.000,00
	<b>Fte Recursos:</b> 102-Recitas de Impostos e de Transferências de Impostos Vinculados à Saúde	

Elemento	3.3.90.30.00.00- Material de Consumo	Fte Recursos: 102- Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos Vinculados à Saúde	Valor R\$ 200.000,00
Elemento	3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fte Recursos: 102- Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos Vinculados à Saúde	Valor R\$ 120.000,00
Elemento	4.4.90.52.00.00 - Equipamentos e Material Permanente	Fte Recursos: 102- Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos Vinculados à Saúde	Valor R\$ 100.000,00

**Total Geral: R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).**

**Art. 2º** Para cobertura do crédito adicional de natureza especial aberto por esta Lei serão utilizados como fonte de recursos a anulação parcial e/ou total do orçamento vigente, conforme detalhado abaixo:

Órgão	02 – Poder Executivo		
Entidade	04 – Fundo Municipal de Saúde		
Unidade	36 – Fundo Municipal de Saúde		
Sub Unidade	03- Bloco da Média e Alta Complexidade		
Função	10 - Saúde		
Subfunção	302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
Programa	4005- Saúde Integral e Humanizada para Todos		
Projeto/Atividades	2.319 – Promoção à Assistência Hospitalar, Ambulatorial e Especial		
Elemento	3.3.90.39.00.00-Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fte Recursos: 102- Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos Vinculados à Saúde	Valor R\$ 600.000,00

**Total Geral: R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).**

**Art. 3º** Fica autorizada a Suplementação, se necessário, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do crédito ora aberto e incorporado ao orçamento vigente.

**Art. 4º** Fica incluso no Programa 4005- Saúde Integral e Humanizada para Todos, no PPA do Município de Monte Carmelo para 2018-2021 as ações orçamentárias (Projetos/Atividades) citadas no art. 1º desta lei conforme determina no art. 3º da Lei n.º 1414, de 13 de dezembro de 2017.

**Art. 5º** Fica o Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2020, Lei Municipal nº 1535, de 19 de Junho de 2019, o seguinte Projeto/Atividade:

**Projeto/Atividade:** 2.328 –Manter as Atividades Hospital Municipal Monte Carmelo.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 24 de julho de 2020.

**PAULO RODRIGUES ROCHA**  
Prefeito Municipal

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL**  
Pça Celso Bueno, 24 Centro -3842-5757

**1ª RETIFICAÇÃO A RESOLUÇÃO Nº 01/2020, DE 03 DE JULHO DE 2020**

“Dispõe sobre a primeira retificação da Resolução nº 01/2020, de 03 de julho de 2020 que versa sobre a doação de cestas básicas às famílias em situação de vulnerabilidade e extrema pobreza, agravadas pela Pandemia do COVID-19, nos termos da Resolução SEDESE nº 26, de 19 de junho de 2020, e dá outras providências”.

A Secretária Municipal de Trabalho e Ação Social no uso de suas atribuições que lhe confere os artigos 74 e 140 da Lei Orgânica Municipal e artigos 10 e 11 da Lei Municipal nº 1339, de 05 de janeiro de 2017;

CONSIDERANDO que a Resolução 01/2020, de 03 de julho de 2020, dispôs sobre a doação de cestas básicas às famílias em situação de vulnerabilidade e extrema pobreza, agravadas pela Pandemia do COVID-19, nos termos da Resolução SEDESE nº 26, de 19 de junho de 2020, que

dispõe sobre os procedimentos e fluxos para racionalizar a instrução na SEDESE para realizar doação de cestas básicas aos Municípios no contexto de enfrentamento aos impactos da pandemia da COVID-19, causada pelo novo coronavírus;

CONSIDERANDO que referida Resolução estabeleceu os critérios de distribuição das cestas básicas para a população de vulnerabilidade social, determinando que as equipes de referência municipais dos serviços socioassistenciais realizem a avaliação técnica sobre a concessão dos beneficiários finais;

CONSIDERANDO que foram definidos os locais, datas e horários para entrega das cestas básicas, que estão sendo entregues pela Equipe de Assistentes Sociais dos CRAS;

CONSIDERANDO que foi constatado pelas Equipes que alguns beneficiários elegíveis a receber o benefício encontram-se impossibilitados de retirar as cestas básicas nos locais definidos, por apresentarem problemas de locomoção ou estarem acamados;

CONSIDERANDO que as cestas serão entregues pela equipe municipal de assistentes sociais nas residências destes beneficiários impossibilitados de retirar as cestas básicas nos locais definidos por apresentarem problemas de locomoção ou estarem acamados;

CONSIDERANDO que está vedado o uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, sendo proibido que no ato de entrega da cesta o profissional de assistência social municipal seja acompanhado de qualquer pessoa alheia a equipe municipal ou que promova em favor de candidato qualquer manifestação de apoio;

CONSIDERANDO que no ato de entrega da cesta básica será preenchido Relatório Social, com a devida identificação do beneficiário e informações relativas à composição do grupo familiar, renda e condições de moradia e os motivos que ensejam a entrega da cesta na residência do beneficiário;

CONSIDERANDO que muitos beneficiários elegíveis ainda não fizeram a retirada da cesta básica nos pontos de entrega e que o foi definido como prazo final o dia 30.07.2020;

**RESOLVE**

**Art. 1º** Altera o *caput* e inserem os §§ 1º e 2º ao art. 2º da Resolução nº 01/2020, de 03 de julho de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:


“**Art. 2º** A distribuição das 337 (trezentas e trinta e sete) unidades cestas básicas, compostas por 14 (quatorze) gêneros alimentícios, pesando aproximadamente 13,5 kg cada unidade; será realizada entre os dias 10 de julho de 2020 a 28 de agosto de 2020, das 8h às 17h, nos seguintes locais:

(...)

§1º Constatada pela Equipe Municipal de Assistentes Sociais que os beneficiários elegíveis para recebimento das cestas básicas não possuem condições físicas para locomoção ou encontram-se acamados, as cestas básicas poderão ser entregues na residência do beneficiário pela Assistente Social, com o devido preenchimento do Relatório Social justificando as razões e motivos da não retirada nos locais definidos nos incisos I ao IV deste artigo.

§2º Fica vedado o uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, sendo proibido que no ato de entrega da cesta o profissional de assistência social municipal seja acompanhado de qualquer pessoa alheia a equipe municipal ou que promova em favor de candidato qualquer manifestação de apoio.

**Art. 2º** A presente retificação entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 10 de julho de 2020.

  
**NEIVIA ELISÂNGELA RODRIGUES COSTA**  
Secretária Municipal de Trabalho e Ação Social



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO-MG, EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO Nº 08/2017 DA INEXIGIBILIDADE Nº 04/2017, PROCESSO Nº 07/2017. Contratada:** Hospital Santa Terezinha Ltda – EPP, CNPJ: 22.605.232/0001-06. **CONTRATANTE:** Município de Monte Carmelo-MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78. **Objeto:** Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Médicos como atendimentos Internações e Cirurgias sendo que o Hospital deverá disponibilizar pelo menos 2 equipes de médicos 24hrs por dia para estarem de plantão como equipes de suporte ao Pronto Socorro Local quanto às urgências e emergências no Município de Monte Carmelo visando minimizar o déficit de leitos existentes e diminuir a necessidade de encaminhamentos de pacientes para outros Municípios. O Contratante, firma unilateralmente o presente termo aditivo de supressão ao Contrato nº 08/2017, em consonância com o artigo 65 da lei 8.666/93. **Cláusula 1ª:** Constitui objeto do presente T.A, a supressão no item 02 de dois médicos neurologistas, sendo o valor da supressão de R\$ 10.000,00 mensais referente ao Contrato nº 08/2017. Data: 01/07/2020. Ana Paula Pereira – Secretária Municipal da Fazenda.

## **EXPEDIENTE**

### **DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO**

ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA  
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

RESPONSÁVEL: BRUNA LAÍS DE OLIVEIRA

TELEFONE: (34)3842-5880 - RAMAL 228

ACESSE: [www.montecarmelo.mg.gov.br](http://www.montecarmelo.mg.gov.br)